

ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

1.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Capa: Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

FAZ-DE-CONTA EM FOZ CÔA*

por

Nuno Ribeiro da Silva**

Decidi dar-me à penosa tarefa de compilar algumas histórias e reflexões sobre o “caso Foz Côa”. Penosa porque, para além do dispêndio de tempo, sobretudo obriga a retomar episódios pouco edificantes onde são actores instituições e personalidades que nos devem merecer o maior respeito pela influência que as suas decisões têm no nosso dia-a-dia.

Este artigo contempla basicamente duas partes:

— a primeira situa o meu posicionamento relativamente ao problema em causa e os pressupostos que me levaram a intervir;

— a segunda onde trago para o debate a minha experiência sobre o problema, na pretensão de ser objectivo e rigoroso nos aspectos que relato.

É impossível expor num artigo de jornal todo o vasto conjunto de complexos argumentos técnicos ligados, nomeadamente ao interesse no uso da água para fins hidroeléctricos, de transvasamentos, de regularização das enxurradas do Côa, de alternativas — no Côa ou noutras bacias hidrográficas —, à solução adoptada. Depois, não tenho o talento “queirosiano” de conseguir transmitir a “ambiance” de posições e interesses pessoais e/ou institucionais que dão o “sal” às razões que movem todos os que estão ligados ao projecto.

Até à data, nunca fiz comentário sistemático ao “caso”, tendo-me limitado por três vezes a responder pontualmente a solicitações da comunicação social, para confirmar afirmações de terceiros que reportam ao tempo em que tive a responsabilidade do sector e a tutela da EDP. Essas afirmações eram, infelizmente, erradas e irresponsavelmente distorcidas.

Como não as avalizei, tenho sido alvo, mais ou menos à “boca pequena”, de um conjunto curioso de boatos e calúnias, afirmando-se que comentei o “caso” porque sou herdeiro de uma quinta de produção de Vinho do Porto, que ficará inundada, ou

* Publicado no jornal *Público* de 04-07-1995.

** Deputado do PSD, ex-Secretário de Estado da Energia.

porque tenho interesses em empresas estrangeiras, que, por sua vez, têm interesses no Vale do Côa(!?). Quem mente assim não é gago e os métodos dão bem a ideia da confiança que aqueles padrinhos do empreendimento têm nos seus argumentos técnicos e os métodos “transparentes” que são capazes de utilizar no “debate”...

Obviamente que este desabafo não significa que estou a acusar instituições no seu conjunto de má-fé ou de “bandos de malfeitores”. Esse argumento, demagógico e balofo, que alguns administradores da EDP, ou pessoas noutras instituições, têm feito passar para “ajornar” emocionalmente aqueles que nelas trabalham, poderá colher junto dos incautos, sendo apenas relevante para, mais uma vez, dar a ideia de como entendem o debate aberto e esclarecedor.

Com efeito, não vi, a título de exemplo, aqueles responsáveis a desmentirem as afirmações públicas do porta-voz da EDP quando erradamente afirmava em princípios de Dezembro de 1994 que:

— a barragem é necessária para não termos problemas em Portugal de fornecimento de electricidade em 1996;

— a barragem é necessária porque dependemos em demasia das importações de electricidade de Espanha;

— no Vale do Côa não existiu nunca qualquer estudo alternativo para o seu aproveitamento em moldes alternativos à construção da barragem do “caso”.

Todos estes argumentos são incorrectos tecnicamente e falsos factualmente. Mas o mais relevante é que evidenciam uma reacção atabalhoada e não preocupada em esclarecer os cidadãos. Prefere-se lançar boatos sobre quem questiona as afirmações feitas e fazer comunicados públicos dizendo que a barragem era essencial e rentável.

Aqui está outro ponto curioso, valendo a pena referir sumariamente alguns episódios.

Chumbei a barragem por ela não ser rentável, mesmo sem considerar os efeitos negativos de destruição de zonas ricas na produção de vinho. Por razões meramente “economicistas”, dado que desconhecia a existência de património arqueológico relevante.

A rentabilidade da barragem era inferior ao “plafond” mínimo aceitável para qualquer investimento energético, que é de 10 por cento, segundo foi definido por uma equipa do então Departamento Central de Planeamento, para o Plano Energético Nacional. O “pânico nas hostes” foi tal que uma equipa de técnicos da EDP “entusiasta” da barragem foi tentar demover os responsáveis pelo estudo a baixarem aquelas “fasquias” dos 10 por cento, sob pena de a barragem nunca se fazer... Foi a primeira tentativa de fazer “jogo de secretaria”, contornando o meu despacho feito sobre o estudo da EDP “Caracterização técnico-económica dos aproveitamentos hidroeléctricos com entrada em exploração prevista até ao ano 2010”, onde dizia que a “EDP só desenvolverá aproveitamentos que tenham manifesta rentabilidade,

nomeadamente face a outras aplicações alternativas” e, ainda, “a EDP só assume as responsabilidades referentes à valia eléctrica dos aproveitamentos”. Foz Côa estava francamente abaixo do mínimo de 10 por cento, por isso foi chumbada. O segundo passo do despacho é relevante para a minha conclusão mais adiante.

Falhada aquela tentativa, vem-se a saber em comunicado público que, agora, a rentabilidade já estava quase, quase nos 10 por cento! Enfim, nos 9,8 por cento. Quem duvidaria se o Banco Europeu de Investimento aprovou? Sobre este último argumento, é sabido que o BEI se bate por emprestar mais dinheiro à EDP e que recebe as garantias necessárias, independentemente do projecto em si.

Fica a questão de como aumentou a rentabilidade da barragem, tendo-se mantido o mesmo conceito, já que entretanto o preço da electricidade tem vindo a baixar todos os anos — ver anúncio da EDP SA em conjunto com a tutela, desculpem, o accionista — e os custos de betão, ferro, trabalho, têm vindo a aumentar?

Aumentam os custos e em simultâneo diminuem os proveitos e a rentabilidade sobe!

E porque não são esses estudos públicos?

E porque não são sequer entregues à Comissão Ambiental, órgão oficial que faz parte dos corpos sociais da EDP?

E porque pede agora a tutela, melhor, o accionista, a especialistas para, entre outros aspectos, estudarem a valia eléctrica e a economia do projecto? Agora, sublinho, depois de ter sido dada “luz verde” ao projecto e dizer-se que estão “empatados” 30 milhões de contos?

Sabemos que a “ciência” faz milagres e, por exemplo, pode-se tentar “lá chegar” com uns “ajustes” das séries estatísticas da hidraulicidade, ou dando uns retoques nas amortizações... Albarde-se à vontade do dono!

Se refiro estes episódios, é para dar uma pálida ideia de que a decisão e o debate sobre um caso desta importância e dimensão, envolvendo instituições responsáveis, não foge à maneira de estudar e decidir tão portuguesa: opta-se “a priori”, fazem-se uns estudos “de peso” de seguida, se “a coisa” não dá, ajustam-se uns parâmetros, “provada” a justeza da opção tomada — de início, ou de preferência antes porque há que recuperar 40 anos de atraso — arranca-se com a obra. Se alguém vier “chatear”, faz-se uma campanha de imprensa recorrendo a especialistas na matéria, se continuarem a insistir, concede-se que “até poderão ter razão nalgumas coisas” mas não se pode perder o dinheiro já empatado!

Eis a metodologia da Europa recriada por Portugal. Desde a transformação de barracas em alvenaria até à barragem do “caso”.

Em súmula, a barragem não é justificável — independentemente da questão das gravuras — pela sua valia decorrente da produção de electricidade. O próprio Ministério da tutela manda agora reestudar o assunto e vários responsáveis da EDP o admitem.

Temos capacidade de produção instalada de electricidade no país superior às nossas necessidades — ponta do ano de 1994 de 5089 mw para uma potência instalada de 7621 mw, sem incluir autoprodutores e produtores independentes, logo cerca de 33 por cento de potência de reserva.

A grande central da Tapada do Outeiro está em construção e quando o gás natural estiver disponível, se for competitivo, irá retirar algum mercado ao consumo de electricidade.

Fica o desafio: apresentem-se os números! Mostrem-se ao próprio Conselho Ambiental da EDP e tragam-se a público, porque há mais quem saiba ler na terra!... E, já agora, incluam-se nos custos os 3 a 11 milhões de contos (?) de protecção às famosas gravuras (números passados pelo Ministério da Tutela ao “Independente” de 13 de Abril).

Então porque, teimosamente, se quer fazer a central?

Respondo: uns porque “não querem dar o braço a torcer”, outros porque na EDP sempre trabalharam para aquele projecto e vêem nele a realização de uma vida profissional, outros ainda porque dizem que a electricidade é de pouco interesse e que o importante é regularizar as cheias do Côa, por fim, a última “bóia de salvação” — assumida em declaração à Lusa em 16 de Fevereiro —, “a barragem é a primeira concretização do que até agora era um mero plano de intenções (...) os transvasamentos de água do Douro para o Alentejo”.

E aqui está o cerne da questão. A barragem é virtual. O mérito pela qual é feita não é suficiente e o que alguns vêem nela não pode ser dito! Porque nunca se discutiram transvasamentos estruturais no país e porque não os podemos assumir para não perder força no debate com a Espanha sobre o Plano Hidrológico. É um argumento de princípio do Governo português.

Depois, se os méritos estão na regularização de cheias ou nos transvasamentos para o Sul, não cabe à EDP decidir sobre essas matérias e, sobretudo, não devem ser as empresas e famílias a pagar na electricidade obras que nada têm a ver com o consumo eléctrico. Aliás, a EDP sempre se bateu, justamente, para não ter de pagar valias das barragens de fins múltiplos, no que não tenha a ver exclusivamente com a valia eléctrica. Este princípio foi adoptado em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e foi um dos aspectos incluídos no plano de recuperação económico e financeiro da EDP de 1988.

Resultado, a tutela da energia diz que o Côa é bom como reserva de água, a tutela da água diz que o Côa é bom para a energia e a tutela do planeamento não diz nada, embora cisme com o fim das cheias na Ribeira do Porto.

Foz Côa deve ser debatido mas com transparência. Pegando com coragem os prós e os contras pertinentes. Senão, estamos a dar tempo e espaço às manobras de “chicos espertos”, que julgam passar atestados de ignorância a dez milhões de cidadãos. É o faz-de-conta em Foz Côa!

SOBRE O (PRECÁRIO) ESTADO DA ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL: BREVE DEPOIMENTO*

por

Vítor Oliveira Jorge

A Arqueologia, em Portugal, vai mal. Só isso explica que, por exemplo, um caso como o do rio Côa tenha surgido como surgiu e conhecido os desenvolvimentos que até agora conheceu. Por mais que certos organismos oficiais façam propaganda, na televisão e nos jornais, do que, segundo eles, está a ser feito pela Arqueologia, o que é certo é que, neste domínio, reina um total desnorte, que não é apenas resultado da acção dos responsáveis actuais — sejamos justos — mas de décadas de atraso em relação aos nossos vizinhos europeus, para não ir mais longe. Tentarei, neste breve depoimento (pois que o tema dava para um livro), ser breve, esquemático, e, portanto, necessariamente algo simplista e redutor.

O património cultural português tem de dispor de uma Lei de Bases, devidamente regulamentada, que dê à Arqueologia o estatuto a que ela tem jus. A “Lei de Bases” que tem estado na forja, para substituir uma que nunca foi regulamentada, é, simplesmente assustadora. Nesse campo, há que começar de novo.

É preciso notar que o tipo de património com que trata a Arqueologia, ao contrário do dos Arquivos, dos Museus e Palácios, ou das Bibliotecas, se encontra espalhado por todo o território (incluindo as zonas aquáticas), e, por definição, está em ampliação constante. Implica pois um tratamento próprio, que tem de ser conduzido por pessoas da especialidade — arqueólogos, cuja profissão urge reconhecer, até para fins fiscais — necessariamente coadjuvados por muitos outros especialistas. Com o devido respeito, a Arqueologia não pode estar entregue a arquitectos, engenheiros, “políticos” ou “burocratas” não formados neste domínio; os arqueólogos têm de tomar nas suas mãos as rédeas da Arqueologia nacional. Têm de ser vistos como parceiros com quem há que contar em todas as acções que interfiram com qualquer parcela da fisionomia do território, sejam elas em ambiente terrestre (rural ou urbano) ou aquático.

* Divulgado no Jornal *Público* de 10-07-1995.